

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



A unanimidade não dura

Fernando Henrique fez três movimentos, simultâneos, de alta habilidade artística, quando se encontrou com os presidentes e líderes de quatro partidos que o apóiam.

Primeiro, deu uma função específica ao vice-presidente Marco Maciel, encarregando-o da coordenação no Congresso da votação das reformas a serem propostas. Trata-se de tarefa perfeita para Maciel, mais habituado a conversas ao pé do ouvido que os velhos párocos sertanejos em missão de desobriga. Acrescentando louros ao título, integrou-o ao futuro grupo de "ministros da Casa", que se reunirá às 9 da manhã todos os dias. O horário, aliás, exclui da lista de íntimos o senador José Serra, que só acordou antes das 9 uma vez na vida, quando de um terremoto em Santiago do Chile.

Em seguida, abriu as portas do Governo, com a anuência de todos, ao PMDB, dono das maiores bancadas congressuais. O governador eleito Antônio Britto apressou-se a declarar que, em vez de apresentar candidatos a cargos, o partido deveria pôr todos os seus nomes à livre escolha do presidente. A réplica foi tão imediata que sugere um entendimento prévio. Caso essa elegância seja aprovada, os quercistas estarão liminarmente barrados. Favorecidos serão os peemedebistas do Sul, que têm cara de tucanos, e alguns líderes nordestinos, como os recém-eleitos governadores de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, além do recifense Jarbas Vasconcellos, que se afastará do partido para apoiar o candidato do PSDB.

Finalmente, Fernando Henrique se livrou de boa parte das pressões fisiológicas ao anunciar a manutenção dos segundo e terceiro escalões governamentais. Justificou-se dizendo ser esta uma transição de continuidade, não de ruptura.

O presidente talvez não tenha percebido que a decisão mantém Henrique Hargreaves como um dos homens mais poderosos do Brasil. Hargreaves é o Rei dos Gatos da alta burocracia brasileira. Especializou-se, desde o Governo Sarney, em preencher diretorias em ministérios, institutos e estatais, mudando

os seus gatos de um lugar para outro, quando assessores especiais de ministros, que são os cachorros fiéis aos donos, eram possuídos de febres reformistas. No Governo Itamar levou essa arte ao apogeu, de vez que a turma de Juiz de Fora quase não conhecia ninguém. Ou, se percebeu, fez uma conta de custos e benefícios e preferiu lidar com um Hargreaves saciado do que com bancadas ainda vorazes.

Toda unanimidade é burra, ensinou Nelson Rodrigues. Nos meios políticos há gente inculta, desinformada, safada, mas não há burros. Ou, por outra, quando algum burro aparece, não dura muito. Um mandato, no máximo. Portanto, o apoio quase unânime a Fernando Henrique — as exceções são o PDT e o PC do B — não deve durar muito. Até o PT está na encolha, como se abrisse crédito de confiança a um antigo aliado.

Assim que o Ministério for anunciado, pretendentes desdenhados se rebelarão. As alterações em escalões inferiores, que fatalmente ocorrerão, farão mais descontentes. Os delegados regionais do Inca e a política agrária, por exemplo, poderão lançar na oposição os fazendeiros e os seus representantes, numerosos no Centro-Oeste e no Norte.

O hábito das cúpulas partidárias de tomar decisões importantes sem consultar as suas bancadas é outro indutor de desilusões. Mesmo no disciplinado PFL ele cria resistências. Josaphat Marinho, senador pela Bahia, declara não ter lido o projeto de reforma do Estado, apresentado pelo partido a Fernando Henrique, mas que, apesar disso, não se sentiria obrigado a apoiá-lo, exatamente por não ter sido consultada a bancada. Aliás, o desejo de participar é a mais generalizada reivindicação dos parlamentares recém-eleitos e deverá constar da proposta eleitoral tanto da mesa da Câmara como da do Senado.

Na verdade, a unanimidade será rompida por um motivo principal: numa sociedade em que é tão profundo o abismo entre ricos e pobres, é impossível governar contentando ambos os lados.